

A regionalização ou o caos

“Manuelete, si no sabes torear, porque te mete?”, diz-se em Barrancos. E se não sabes descentralizar, porque te metes?

Em 1998 os Portugueses rejeitaram, em referendo, a proposta de descentralização do país que era a regionalização. Como alguns dos adversários da proposta na época diziam, tratou-se de um Não plural. O Não juntou os que são contra a descentralização em si, os que são contra a proposta específica de descentralização que é a regionalização e os que, sendo a favor da proposta, são contra o mapa das regiões proposto. Foi este Não plural que ganhou o referendo na época, não foi outro.

Várias evoluções existiram desde então na sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, é finalmente entendido que a descentralização, qualquer que seja o modelo, é por definição política e por consequência administrativa. Descentralizar significa transferir poder político de decisão ou para as autarquias locais ou para estruturas intermédias de poder. Todavia, para não ser inoperante, a descentralização política é acompanhada de descentralização administrativa. Isto é, cada nível de poder político é suposto ter um corpo de técnicos e funcionários que suporte a implementação das suas decisões políticas.

Em segundo lugar, também ficou claro, com a mudança que houve de Governo em Portugal e as inerentes nomeações de *boys* partidários, que os “tachos” estão em larga medida na administração, em particular na administração central.

Em terceiro lugar, tragédias como a da ponte de Entre os Rios explicitaram que a administração central em Portugal é caótica. A administração central tem demasiados

organismos e com competências sobrepostas, sendo praticamente impossível atribuir ou pedir responsabilidades.

Em quarto lugar, a crise dos nitrofuranos mostrou que a administração central em Portugal está territorialmente desorganizada e desarticulada. É praticamente impossível articular políticas entre ministérios e estabelecer prioridades distintas nas diferentes unidades do território nacional, tendo em conta as necessidades distintas das populações que as habitam.

O actual Governo manifestou vontade de reformar a administração central e descentralizar o poder político. Todavia, pelo menos aparentemente, não parece existir ligação entre as duas tentativas de reforma. São tentativas que aparecem desgarradas e despidas de qualquer visão territorial. A reforma a fazer na administração central tem de eliminar organismos supérfluos, eliminar sobreposições de competências e trazer coerência territorial aos actuais organismos da administração central que actuam sob a tutela dos diversos ministérios. Por outro lado, se há poder político a ser transferido para níveis intermédios então também tem de haver administração. A reforma a fazer na administração central não pode ignorar o facto.

A regionalização é um modelo de descentralização ordenado, do ponto de vista territorial, que traria governância às diferentes unidades do território e aumento da eficácia da despesa pública nesse mesmo território. O mesmo não se pode dizer da descentralização *à la Carte* pretendida pelo actual Governo. Não só abstrai do território como, a ir para frente, aumentaria o caos político e administrativo, sendo que em nada contribuiria para o aumento da eficácia da despesa pública, para um crescimento económico com coesão económica, social e territorial. O mínimo que se espera do actual Governo é que sujeite este seu pacote a referendo. Já agora, nesse referendo, porque não confrontar o dito pacote com a regionalização?

Leonardo Costa

Economista e

Professor da Faculdade de Economia e Gestão da

Universidade Católica Portuguesa